

- e) Organizar e actualizar o inventário do património do INFATEC, garantindo a sua guarda e conservação;
- f) Zelar e garantir a conservação do arquivo de documentação.

CAPÍTULO III

Pessoal

ARTIGO 9

Estatuto do pessoal

O pessoal do INFATEC rege-se pelo Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

CONSELHO DE MINISTROS**Resolução n.º 26/2006**

de 29 de Junho

Havendo necessidade de dar cumprimento às formalidades previstas no Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Único. É ratificado o Acordo de Crédito entre o Governo da República de Moçambique e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), no dia 30 de Março de 2006, em Maputo, no montante de SDR 20 800 000,00 (vinte milhões e oitocentos mil) direitos especiais saque, destinados ao financiamento do Projecto de Formação Técnica e Educação Vocacional.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 23 de Maio de 2006.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Luísa Dias Diogo*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Diploma Ministerial n.º 126/2006**

de 29 de Junho

O Ministério da Ciência e Tecnologia no intuito de desenvolver um sistema integrado de pesquisa, produção e de gestão do conhecimento em vários domínios tem criado Conselhos Científicos temáticos, visando a promoção, integração e diversificação dos temas de investigação, implementação e ampliação das linhas de pesquisa, com intuito de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico sustentável, sendo o domínio da energia imprescindível para o desenvolvimento de Moçambique, ao abrigo do disposto no artigo 1 do Decreto Presidencial n.º 17/2005, de 31 de Março, o Ministro da Ciência e Tecnologia determina:

Artigo 1. É criado o Conselho Científico de Energia, adiante designado por CCE.

Art. 2. O CCE é um órgão consultivo e de assessoria ao Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia.

Art. 3. São funções do CCE:

- a) Elaborar uma visão estratégica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico no domínio da energia, em todas as vertentes;
- b) Identificar áreas de investigação de grande importância científica e com maior impacto no desenvolvimento socio-económico sustentável e na redução da pobreza e promover projectos de investigação nestas áreas;
- c) Definir e implementar os processos de avaliação das propostas e o acompanhamento dos projectos de investigação com financiamento do MCT, que, científica, técnica e socialmente se revelem importantes, ouvidas as instituições interessadas;
- d) Propor ao Ministro da tutela a atribuição de fundos para os projectos seleccionados;
- e) Promover a divulgação e a disseminação dos resultados de investigação e a sua aplicação;
- f) Assegurar o interesse e a compreensão dos parceiros de cooperação e mobilizar recursos, públicos e privados, para as actividades do Conselho Científico de Energia;
- g) Elaborar o plano, o orçamento de funcionamento e o relatório anual de actividades que serão tornados públicos, depois de aprovados pela tutela;
- h) Aconselhar, a pedido da tutela ou por iniciativa própria, sobre assuntos estratégicos no domínio da energia;
- i) Coordenar as suas actividades com os demais intervenientes e consultar, no exercício das suas funções, as partes interessadas, garantindo assim a relevância das suas actividades e o seu suporte social;
- j) Emitir parecer sobre regulamentos e outros instrumentos integrantes do Quadro Regulador do Sector de Energia.

Art. 4. O CCE submeterá aprovação do Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia o seu regulamento de Funcionamento.

Art. 5. O CCE funciona no Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, *Venâncio Simão Massingue*.

Diploma Ministerial n.º 127/2006

de 29 de Junho

O Diploma Ministerial n.º 127, de 29 de Junho de 2006, cria o Conselho Científico de Energia, havendo necessidade de regulamentar o seu funcionamento, no uso das competências previstas na alínea c) do n.º 3 do artigo 8 do Decreto n.º 4/81, de 10 de Junho, determino:

Único. É aprovado o Regulamento de Funcionamento do Conselho Científico de Energia, em anexo que faz parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Ministério da Ciência e Tecnologia, em Maputo, 23 de Setembro de 2005. — O Ministro da Ciência e Tecnologia, *Venâncio Simão Massingue*.